

CERTIFICAÇÃO DE TRADUÇÃO DE DOCUMENTO

**(Ato praticado ao abrigo do disposto no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março
e da Portaria n.º 657-B/2006, de 29 de junho)**

Eu, **Neuza M. Cruz**, Advogada, titular da cédula profissional n.º 66617L, com domicílio profissional na Av. Álvares Cabral, n.º47, 1.º andar, 1250-015 Lisboa, **certifico que:**

1. A tradução em anexo, do documento escrito em língua espanhola, e cuja tradução para língua portuguesa foi por mim feita, está fiel e exata com o documento que me foi apresentado, e é composto por 3 páginas, só frente.
2. O documento traduzido corresponde à “Ata de Titularidade Real”, na qual consta os titulares dos órgãos da Fundación Ayuda en Acción, datada de janeiro de 2026.

Este ato foi registado em 01 de julho de 2026, sob o n.º **66617L/324** nos termos do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, e da Portaria n.º 657-B/2006, de 29 de junho, conforme documento comprovativo que se anexa.

Lisboa, 01 de julho de 2026

A Advogada,



ORDEM DOS ADVOGADOS

REGISTO ONLINE DOS ACTOS DOS ADVOGADOS

Artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29-03

Portaria n.º 657-B/2006, de 29-06

Dr.(a) Neuza M Cruz

CÉDULA PROFISSIONAL: 66617L

IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA E ESPÉCIE DO ACTO

Tradução e certificação de tradução de documentos

IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS

Fundación Ayuda En Acción - Representação Permanente em Portugal

NIPC nº. 980731763

OBSERVAÇÕES

1. A tradução em anexo, do documento escrito em língua espanhola, e cuja tradução para língua portuguesa foi por mim feita, está fiel e exata com o documento que me foi apresentado, e é composto por 3 páginas, só frente.
2. O documento traduzido corresponde à ?Ata de Titularidade Real?, na qual consta os titulares dos órgãos da Fundación Ayuda en Acción, datada de janeiro de 2026.

EXECUTADO A: 2026-07-01 16:46

REGISTADO A: 2026-07-01 16:46

COM O Nº: 66617L/324

Poderá consultar este registo em <http://oa.pt/atos>
usando o código 54489204-097146

LUIS QUIROGA GUTIÉRREZ
Notário
Arturo Soria, 201-1º A
Tel. 91 519 25 46 Fax 91 510 20 82
28043 MADRID

NÚMERO QUARENTA

= ATA DE TITULARIDADE REAL =

Na Vila de Madrid, a oito de janeiro de dois mil e vinte e seis.

Perante mim, LUIS QUIROGA GUTIÉRREZ, Notário do Ilustre Colégio desta capital.

= COMPARÊNCIA =

Dona María-Asunción Bellver Suárez, maior de idade, casada, advogada, residente em 28004-Madrid, com domicílio na Rua Serrano Anguita, número 13, e com D.N.I. e N.I.F. número 35778060-L.

Identifico-a pelo seu D.N.I.

INTERVÉM, em nome e representação, na qualidade de **secretária não-patrona**, da "**FUNDACIÓN AYUDA EN ACCIÓN**" (Fundação Ajuda em Ação), com domicílio em 28004-Madrid, Rua Serrano Anguita, número 13.

Constituída pela "Asociación Ayuda en Acción" mediante escritura outorgada em Madrid, pelo Notário Dom José-María Peña y Bernaldo de Quirós, no dia 11 de fevereiro de 1999, com o número 227 do seu protocolo. Modificada por outra escritura outorgada em Madrid, perante o citado notário Dom José-María Peña y Bernaldo de Quirós, no dia 29 de outubro de 1999, com o número 2772 do seu protocolo.

Classificada como Fundação Benéfico-Assistencial por Despacho Ministerial de 22 de novembro de 1999 e inscrita no Arquivo-Registo do Protetorado do Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais, Direção-Geral de Ação Social do Menor e da Família, Subdireção-Geral de Fundações e Entidades Tuteladas, com o número 28/1109.

Tem C.I.F. (Número de Identificação Fiscal) número G-82257064.

Foi nomeada para o seu cargo, que assegura estar em vigor, por deliberação do Patronato (Conselho de Administração) da Fundação, de 24 de março de 2006, elevada a escritura pública em Madrid, perante o Notário Dom Ángel Benítez-Donoso Cuesta, no dia 24 de abril de 2006, com o número 923 do seu protocolo, da qual tive à vista cópia autenticada.

Os seus poderes para este ato derivam do seu cargo, sendo suficientes, a meu juízo, para a outorga da presente ata de Titularidade Real.

Para efeitos da obrigação de consulta à lista de Números de Identificação Fiscal revogados, previamente à autorização da presente ata, imposta pelo último parágrafo do artigo 23.º da Lei do Notariado espanhola, faço constar que eu, o notário, consultei previamente a Base de Dados de N.I.F. revogados da AEAT (Agência Tributária espanhola), através do sistema SIGNO, resultando que o Número de Identificação Fiscal da pessoa coletiva não se encontra revogado.

Tem, a meu juízo, interesse legítimo para esta ATA DE TITULARIDADE REAL.

= REQUERIMENTO =

Requer-me, a mim o notário, que recolha na presente ata as suas declarações, feitas livre e espontaneamente, advertida da sua relevância por constarem de documento público. Aceito o requerimento e transcrevo o que a compareciente declara em relação à obrigação de identificação do titular real imposta pela Lei 10/2010, de 28 de abril:

«Que não existe titular real da pessoa coletiva que representa e pela qual se outorga a presente ata, de acordo com a definição constante da normativa aplicável, uma vez que não existe pessoa física titular da propriedade ou do controlo da pessoa coletiva numa percentagem superior a 25%, de forma direta ou indireta, pelo que, nos termos do disposto no artigo 8.º do Real Decreto 304/2014, de 5 de maio, que aprova o Regulamento da Lei 10/2010, de 28 de abril, de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, se considerará que exercem o controlo da fundação os membros do Patronato (Conselho de Administração):»

Patrono-Presidente: Dom Rafael Dezcallar de Mazarredo, com D.N.I. 50409436-Z.

Patrono-Vice-Presidente: Dona Maria-Milagros Paniagua San Martín, com D.N.I. número 02642897-J.

Patrono-Vogal: Dom Justo Peral Cabrera, com D.N.I. número 02508133-Y.

Patrono-Vogal: Dom Daniel-Eduardo López Acuña, com D.N.I. número 58461645-S.

Patrono-Vogal: Dom Sergio Cabrera Cárdenas, com D.N.I. número 78977844-F.

Patrono-Vogal: Dom Arturo-Arms Valenzuela, com passaporte norte-americano número 530424242.

Patrono-Vogal: Dona Paloma Bravo Aguilar, com D.N.I. número 01172841-W.

Patrono-Vogal: Dom Jesus Gracia Aldaz, com D.N.I. número 17208316-S.

Patrono-Vogal: Dom Manuel-Maria Escudero Zamora, com D.N.I. número 15140620-L.

Secretária não-patrona: Dona María Asunción Bellver Suárez, com D.N.I. 35.778.060-L.

= OUTORGA =

Lida esta ata pela compareciente, por sua escolha, a mesma aceita-a e assina-a.

Os dados pessoais da interveniente serão tratados pelo Notário titular, cujos dados de contacto estão acessíveis em www.notariado.org. Caso sejam fornecidos dados de pessoas distintas da interveniente, esta é responsável por as ter informado previamente do disposto no artigo 14.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

A finalidade do tratamento é a realização das atividades próprias da função pública notarial, incluindo o cumprimento das obrigações decorrentes da normativa sobre prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo. Para este último fim, as Administrações Públicas competentes podem realizar decisões automatizadas, autorizadas por lei, incluindo a elaboração de perfis. Além disso, os dados serão tratados pela Notaria para efeitos de faturação e gestão de clientes.

Para os efeitos indicados, serão realizadas as comunicações de dados previstas na Lei às Administrações Públicas competentes.

Os dados serão conservados pelos prazos previstos na normativa aplicável e, em qualquer caso, enquanto se mantiver a relação com o titular dos dados. A interveniente tem direito a solicitar o acesso aos seus dados pessoais, a sua retificação, o seu apagamento, a sua portabilidade e a limitação do seu tratamento, bem como a opor-se a este. Perante qualquer violação de direitos, pode ser apresentada reclamação junto da Agência Espanhola de Proteção de Dados, no sítio www.aepd.es.

= AUTORIZAÇÃO =

Do conteúdo deste instrumento público, lavrado em três fólios de papel selado de uso exclusivo notarial, série JA, números 7302939 e os dois seguintes por ordem correlativa, de que o consentimento foi livremente prestado e de que a outorga se adequa à legalidade e à vontade devidamente informada do outorgante ou interveniente, cuja expressão informática fica incorporada com a mesma data e sob o mesmo número, no correspondente protocolo eletrónico, eu, o Notário, DOU FÉ.

DOCUMENTO SEM VALOR (SEM QUANTIA).

Consta a assinatura da compareciente. Constan os elementos da minha autorização Notarial. Consta o selo da Notaria.

[Selo notarial — Luis Quiroga Gutiérrez, Notário de Madrid]

É CÓPIA FIEL do seu original constante no meu protocolo sob o número indicado, que emito para FUNDACIÓN AYUDA EN ACCIÓN, em quatro fólios de papel selado de uso notarial, série IV, números

9897892 e os três seguintes por ordem correlativa descendente. Na minha residência, a oito de janeiro de dois mil e vinte e seis. DOU FÉ.

[Assinatura e selo do Notário Luis Quiroga Gutiérrez — Conselho Geral do Notariado Espanhol / Notariado Europeu]



02/2025



IV9897892

LUIS QUIROGA GUTIERREZ

Notario

Arturo Soria, 201-1º A

Tel 91 519 25 46 Fax 91 510 20 82

28043 MADRID



NÚMERO CUARENTA—

= ACTA DE TITULARIDAD REAL =

En la Villa de Madrid, a ocho de enero de dos mil veintiséis.—

Ante mí, **LUIS QUIROGA GUTIERREZ**, Notario del Ilustre Colegio de esta capital.—

= COMPARECENCIA =

Doña María-Asunción Bellver Suárez, mayor de edad, casada, abogada, vecina de 28004-Madrid, con domicilio en la calle Serrano Anguita número 13, y con D.N.I. y N.I.F. número 35778060-L.—

Le identifico por su D.N.I.—

INTERVIENE, en nombre y representación, como **secretaria no patrono**, de la **"FUNDACIÓN AYUDA EN ACCIÓN"**, domiciliada en 28004-Madrid, calle Serrano Anguita número 13.—

Constituida por la "Asociación Ayuda en Acción" mediante escritura autorizada en Madrid, por el Notario don José-María Peña y Bernaldo de Quirós, el día 11 de febrero de 1999, con el número 227 de su protocolo. Modificada por otra otorgada en

Madrid, ante el citado notario don José-María Peña y Bernaldo de Quirós, el día 29 de octubre de 1999, con el número 2772 de su protocolo._____

Clasificada como Fundación Benéfico-Asistencial por Orden Ministerial de fecha 22 de noviembre de 1999 e inscrita en el Archivo-Registro de Protectorado del Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, Dirección General de Acción Social del Menor y de la Familia, Subdirección General de Fundaciones y Entidades Tuteladas, con el número 28/1109._____

Tienen C.I.F. número G-82257064._____

Fue nombrada para su cargo, que asegura vigente, por acuerdo del Patronato de la Fundación de fecha 24 de marzo de 2006, elevado a público mediante escritura otorgada en Madrid, ante el Notario don Ángel Benítez-Donoso Cuesta, el día 24 de abril de 2006, con el número 923 de su protocolo, de la que he tenido a la vista copia autorizada._____

Sus facultades para este acto derivan de su cargo, siendo suficientes a mi juicio, para el otorgamiento de la presente acta de Titular Real._____

A los efectos de la obligación de consultar el listado de Números de Identificación Fiscal revocados con carácter previo a la autorización de la presente acta que impone el último párrafo del artículo 23 de la Ley del Notariado, hago constar que yo, el notario, he consultado previamente la Base de Datos de N.I.F.



02/2025



IV9897891



revocados de la AEAT, a través de SIGNO, resultando que el Número de Identificación Fiscal de la persona jurídica no está revocado._____

Tiene, a mi juicio, interés legítimo para este **ACTA DE TITULARIDAD REAL**_____

= REQUERIMIENTO =

Me requiere, a mí el notario, para que recoja en la presente acta sus manifestaciones que hace libre y espontáneamente, advertido de su trascendencia por constar en documento público. Acepto el requerimiento y transcribo lo que el compareciente dice en relación a la obligación de la identificación del titular real que impone la Ley 10/2010 de 28 de abril:_____

“Que no existe titular real de la persona jurídica que representa y por la cual se otorga la presente acta, según la definición que de la misma se recoge en la normativa aplicable, por cuanto no hay persona física titular de la propiedad o del control de la persona jurídica en un porcentaje superior al 25% de forma directa o indirecta, por lo que de conformidad con lo dispuesto en el artículo 8 del Real Decreto 304/2014, de 5 de mayo, por el que se aprueba el Reglamento de la Ley 10/2010, de

28 de abril, de prevención del blanqueo de capitales y de la financiación del terrorismo, se considerará que ejerce el control de la fundación los miembros del Patronato:_____

Patrono-Presidente: Don Rafael Dezcallar de Mazarredo, con D.N.I 50409436-Z._____

Patrono-Vicepresidenta: Doña Maria-Milagros Paniagua San Martín, con D.N.I. número 02642897-J._____

Patrono- Vocal: Don Justo Peral Cabrera, con D.N.I. número 02508133-Y._____

Patrono- Vocal: Don Daniel-Eduardo López Acuña, con D.N.I. número 58461645-S._____

Patrono- Vocal: Don Sergio Cabrera Cárdenas, con D.N.I. número 78977844-F._____

Patrona-Vocal: Don Arturo-Arms Valenzuela con pasaporte estadounidense número 530424242._____

Patrono-Vocal: Doña Paloma Bravo Aguilar, con D.N.I. número 01172841-W._____

Patrono-Vocal: Don Jesus Gracia Aldaz, con D.N.I. número 17208316-S._____

Patrono-Vocal: Don Manuel-Maria Escudero Zamora, con D.N.I. número 15140620-L._____

Secretaria no patrona: Doña María Asunción Bellver Suárez, con D.N.I 35.778.060-L.”._____



02/2025



IV9897890

**= OTORGAMIENTO =**

Leída esta acta por el compareciente, por su elección, la acepta y firma._____

Los datos personales del interviniente serán tratados por el Notario titular, cuyos datos de contacto son accesibles en www.notariado.org. Si se facilitan datos de personas distintas del interviniente, dicho interviniente es responsable de haberle informado previamente de lo previsto en el artículo 14 del Reglamento General de Protección de Datos (RGPD)._____

La finalidad del tratamiento es realizar las actividades propias de la función pública notarial, incluido el cumplimiento de las obligaciones derivadas de la normativa sobre prevención del blanqueo de capitales y de la financiación del terrorismo. Con este último fin, las Administraciones Públicas competentes pueden llevar a cabo decisiones automatizadas, autorizadas por la Ley, incluida la elaboración de perfiles. Asimismo, los datos serán tratados por la Notaría para la facturación y gestión de clientes._____

A los efectos indicados, se realizarán las comunicaciones de datos previstas en la Ley a las Administraciones Públicas

competentes._____

Los datos se conservarán durante los plazos previstos en la normativa aplicable y, en cualquier caso, mientras se mantenga la relación con el interesado. El interviniente tiene derecho a solicitar el acceso a sus datos personales, su rectificación, su supresión, su portabilidad y la limitación de su tratamiento, así como oponerse a este. Frente a cualquier vulneración de derechos, puede presentarse una reclamación ante la Agencia Española de Protección de Datos en la Web www.aepd.es._____

= AUTORIZACION =

Del contenido de este instrumento público extendido en tres folios de papel timbrado de uso exclusivo notarial, serie JA, números 7302939 y los dos siguientes en orden correlativo, de que el consentimiento ha sido libremente prestado y de que el otorgamiento se adecua a la legalidad y a la voluntad debidamente informada del otorgante o interviniente, cuya expresión informática queda incorporada con la misma fecha y bajo el mismo número, en el correspondiente protocolo electrónico, yo, el Notario **DOY FE**._____

DOCUMENTO SIN CUANTÍA._____

Aparece la firma de la compareciente. Están los elementos de mi autorización Notarial. Está el sello de la Notaría._____



02/2025



IV9897889



ES COPIA FIEL de su original obrante en mi protocolo bajo el número indicado que libro para FUNDACION AYUDA EN ACCION, en cuatro folios de papel timbrado de uso notarial serie IV, números 9897892 y los tres siguientes en orden correlativo descendente. En mi residencia, a ocho de enero de dos mil veintiséis. **DOY FE.**



